

O Brasil e a democracia de protesto*

Brazil and the democracy of protest

RENATO JANINE RIBEIRO**

RESUMO

O trabalho discute os protestos ocorridos em 2013 no Brasil, traçando um paralelo, quanto ao seu caráter de *happening*, com os eventos de Maio de 1968. Casos deste tipo diferem de movimentos sociais tradicionais pela ausência de líderes e de um foco preciso. Porém, analisando aspectos da sociedade brasileira, os protestos locais podem ser relacionados à má qualidade dos serviços públicos e do Estado de maneira geral. O enfrentamento deste problema não poderá ocorrer apenas sob uma perspectiva técnica, conforme mostram os exemplos de outros embates e superações ocorridos nas últimas décadas no país, como a conquista da democracia, a vitória contra a inflação e a inclusão social.

Palavras-chave: Protestos, movimentos sociais, acontecimento, Maio de 1968, política

ABSTRACT

The paper discusses the protests in 2013 in Brazil, drawing a parallel, as to its character of happening, with the events of May 1968. Cases of this type differ from traditional social movement leaders and the lack of precise focus. However, analyzing aspects of Brazilian society, local protests may be related to poor quality of public services and the state in general. Addressing this problem will not occur just from a technical perspective, as shown by the examples of other bumps and overruns in the past decades in the country, as the conquest of democracy, victory against inflation and social inclusion.

Keywords: protest, social movements, event, May 1968, politics

* Versão de trabalho redigido para a 27ª Conferência da Academia da Latinidade, realizada em Kuala Lumpur, Malásia, de 8 a 10 de janeiro de 2014.

** Professor Titular da Universidade de São Paulo, Brasil, na disciplina de Ética e Filosofia Política, São Paulo-SP, Brasil. Foi Diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes (2004-8). Publicou diversos livros, entre eles, *A sociedade contra o social* (Companhia das Letras, 2000), prêmio Jabuti de melhor ensaio (2001).

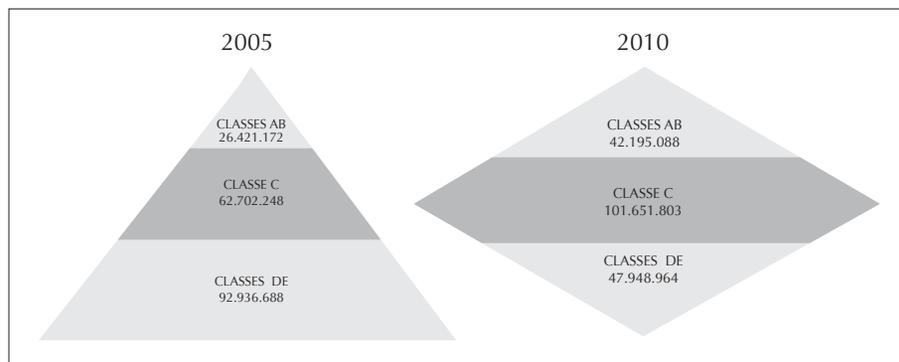
O INVERNO DE 2013 foi rigoroso no Brasil¹. Quase sempre, em julho, neva um pouco numa ou duas cidades no sul do país. É quando, alguns moradores das capitais de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul ou mesmo do Paraná viajarão nas primeiras horas da manhã para esses lugares a fim de pôr as mãos na neve antes que ela derreta. Perto do meio-dia veremos na TV os preciosos sinais de neve num país tropical, e depois, à noite mais uma vez. Isto é tudo. Mas em 27 de julho a neve caiu em pelo menos 128 cidades brasileiras. Foi um recorde histórico, e para meu conhecimento ninguém se arriscou a compará-lo com registros precedentes, infinitamente mais modestos; em nossa memória viva nada comparável acontecera antes. A neve caiu em outros dias também (em quarenta cidades em 5 de setembro, enquanto escrevo este artigo); eu insisto: este frio extremo (para nossos padrões) veio inesperado. Se vivêssemos na Idade Média consideraríamos esses fenômenos como presságios ou agouros, mensagens de Deus ou talvez do diabo, não sei, e poderíamos vinculá-las à grande surpresa que tivemos algumas semanas antes, quando as ruas brasileiras foram tomadas semanas inteiras por todo tipo de protesto – incluindo, numa mesma noite e lugar, grupos de imigrantes bolivianos furiosos após o homicídio de um jovem compatriota, surdos reclamando por melhor acesso à comunicação, e mesmo um pequeno grupo exigindo a restauração de uma ditadura militar que caiu há quase trinta anos. Natureza e história pareciam ter unido suas forças para nos surpreender.

Mas no início de 2013 parecia que não teríamos maiores surpresas na política brasileira ou, quanto a isso, em nossa vida social nos próximos anos. Mesmo que a presidente Dilma Rousseff não compartilhe de igual carisma ou popularidade do predecessor Lula da Silva, era quase certo que ela ganharia as eleições no ano seguinte para um novo mandato de 4 anos. A inflação estava sob controle, a economia com um desempenho regular senão brilhante, e os programas de inclusão social, principal característica dos dois governos sucessivos do Partido dos Trabalhadores desde 2003, foram e continuam sendo bem-sucedidos. São aplaudidos fora do país como exemplares. Mesmo que a imprensa brasileira, tão conservadora como é, não os aprecie, eles realizaram o que haviam proposto. Foram capazes de mudar a paisagem social de um país que “não é pobre, mas injusto”, conforme uma ou mais de uma vez disse o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A apresentação gráfica da desigualdade social como uma pirâmide foi substituída por um losango, como podemos ver a seguir:

Conforme se vê na Fig. 1, os mais pobres correspondiam a quase 93 milhões em 2005 e em apenas cinco anos seu número caiu para 48 milhões, uma vez que a população de classe média baixa subiu de 62 para 101 milhões, e os mais ricos passaram de 26 a 42 milhões. A base de nossa pirâmide social perdeu 48,4% de seus

1. É difícil pensar sobre 1968 e seus avatares sem ficar em dívida com Edgar Morin e Alain Touraine, que estão entre os primeiros a apreender a novidade do fenômeno. Embora meu tema resida no inverno brasileiro de 2013, e não na primavera parisiense de 1968, gostaria de citar o “Mai 68: complexité et ambiguïté” de Morin (“toda explicação que elimina a *surpresa* e a incongruência do acontecimento é uma interpretação que elimina a informação que ele desejava nos trazer”, meu itálico, vocês verão depois por quê; publicado em *Pouvoirs* [Morin, 1986]), e Touraine (“Maio de 68 não foi um movimento político nem social. Foi um movimento cultural dominado pelo tema da liberalização da juventude, não apenas em sua sexualidade, mas em todos os aspectos de sua vida. Isso, na época, era algo muito inédito, que se separou com uma resistência forte. Somente hoje em dia, em minha opinião, se reconhece um pouco da importância histórica, no sentido de premonição de 68, que anunciou coisas que viriam a ter mais importância no futuro”; publicado como entrevista [Touraine, 2008]).

FIGURA 1 - COMPARAÇÃO ENTRE A PIRÂMIDE SOCIAL DE DISTRIBUIÇÃO DE CLASSES (DE ACORDO COM A RENDA) EM 2005 E 2010.



Fonte: “Nova classe C transforma pirâmide social em ‘losango’”, em *Isto É Dinheiro*, 22 de março, 2011.

membros, enquanto o meio do gráfico cresceu 62,1% e o topo 59,7%. É quase certo que o Brasil jamais tenha conhecido mobilidade social nessa escala em tão curto período de tempo. Esta é certamente a chave da enorme popularidade de Lula – que atingiu 87% no fim de seu governo² – e também uma explicação razoável para a boa avaliação de Dilma Rousseff nas pesquisas de opinião até meados de 2013.

No entanto, em poucas semanas, tudo mudou no Brasil. Enormes protestos ocuparam as ruas. O fato de o Brasil ser uma federação e eleições independentes acontecerem para os três níveis de governo – união, estado e município³ –, faz com que o poder executivo fique nas mãos de políticos de partidos diferentes, e mesmo antagônicos, dependendo do nível considerado. A má qualidade e os preços altos do transporte público foram o alvo dos primeiros protestos. Como regra, os ônibus urbanos e o tráfego são controlados pelos municípios e os trens de superfície pelos estados, então os protestos originais não visavam o governo federal. O Movimento Passe Livre protestara em anos anteriores, mas jamais conseguiu em conter o aumento contínuo das tarifas ou melhorar a qualidade de um sistema que faz a maioria dos pobres nas grandes cidades gastarem diariamente cerca de 4 horas – às vezes até quase oito horas – indo para o trabalho e voltando para casa. Em 2013, porém, os movimentos conseguiram uma organização melhor e foram capazes de bloquear avenidas importantes nas principais cidades durante vários dias, como, por exemplo, a Avenida Paulista em São Paulo. Alguns manifestantes usaram de violência e a imprensa pediu aos governos estaduais que pusessem um fim aos protestos. Em 13 de junho, a polícia do estado de São Paulo reprimiu os manifestantes, a maioria jovens e muitos deles estudantes universitários, numa ação violenta, tal como há muitos anos não se via no Brasil. Isto levou a uma imediata mudança na opinião pública.

2. Ver “Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope” (2010) e “Popularidade de Lula é recorde mundial, diz CNT/Sensus” (2010).

3. As eleições federais e estaduais realizam-se a cada quatro anos, uns três meses após a Copa do Mundo – como alguns brasileiros costumam brincar. As eleições municipais ocorrerão no ano dos Jogos Olímpicos.

D

4. Ver “Retomar a [avenida] Paulista” (2013).

5. Estas duas frases muito semelhantes, vindas de lados opostos do espectro político, destacam-se também porque atestam a colonização da cozinha pelos partidos políticos. As palavras de Lenin igualmente foram atribuídas a Robespierre, fato que alude a uma possível continuidade em justificar a violência no mundo da política de extrema esquerda. Por fim, se as palavras de Lenin forem apócrifas, a veracidade da estória que se conta será provavelmente ainda mais duvidosa: um bolchevique ouvindo o líder contar que omelete se faz quebrando ovos, como metáfora para justificar milhares de mortes, responde que conseguia ver ovos quebrados, mas não via nenhuma omelete.

6. No entanto, a violência contra os pobres, sobretudo nas favelas ou cortiços, não desperta um grau comparável de repúdio.

O próprio jornal⁴ que expressara claramente seu pedido pelo fim policial às manifestações teve uma fotografia atingida nos olhos por uma bala de borracha naquela mesma noite. Três dias depois um enorme e pacífico protesto contra a violência da polícia tomou as ruas. Outras manifestações ocuparam o país todo. Grande parte das cidades médias nunca antes tinham visto tanta gente reunida nas ruas para um protesto político. Podemos dizer que perderam sua virgindade política, isto é, a virgindade política de *gente nas ruas*.

Mesmo em São Paulo e no Rio de Janeiro nada semelhante acontecera desde pelo menos o movimento das Diretas-Já em 1984 e os protestos de 1992 pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello.

A violência fez a diferença. Antes dos ataques da polícia, alguns militantes e mesmo intelectuais haviam postado no *Facebook* e em outros lugares textos justificando a violência quando as mudanças são bloqueadas por uma maioria conformista. Eu até discuti com alguns deles, criticando as palavras atribuídas a Lenin sobre o fato de não se poder fazer omelete sem quebrar os ovos – versão de extrema esquerda da frase neoliberal sobre alguém não poder comer e ter, ao mesmo tempo, o próprio pudim.⁵ Os fatos evidenciaram seu erro. Foi após a repressão, isto é, a violência da polícia, que os protestos ganharam ímpeto. A opinião pública mudou de lado para condenar a violência. Os manifestantes que destruíam os ônibus e outras propriedades estavam prestes a ver sua causa perder apoio; ela foi salva porque a violência repressiva foi maior e mais notável do que a assim chamada violência revolucionária. E houve também muita violência criminal.

Uma boa medida do sucesso da democracia brasileira pode ser atestada pelo modo como a opinião pública reagiu contra a violência. Ao menos, na recusa à ação violenta contra os manifestantes políticos,⁶ a sociedade brasileira atingiu a maioria. Parece não aceitar mais que conflitos políticos, mesmo que perturbadores, sejam resolvidos com repressão. Na medida em que a democracia tem como uma de suas características a aceitação de conflitos e a recusa ao uso de violência para combatê-los, o Brasil mostrou bom desempenho, ou melhor, a sociedade brasileira parece ter atuado melhor do que aqueles governadores de estado cuja polícia distinguiu-se por um grau de violência desnecessária.

Em poucas semanas os movimentos mudaram o alvo – ou talvez tenha sido a imprensa que se mostrou capaz de interpretá-los de uma forma nova. O mesmo *esse* pode ter sido mantido, mas o *percipi* deles mudou, se pudermos nos referir ao princípio que está no cerne do pensamento filosófico do bispo George Berkeley. Começaram como movimentos sem uma forte base social, sem vínculos com partidos tradicionais, mas com algumas conexões com partidos de extrema esquerda e com uma agenda que priorizava uma causa social,

como, por exemplo, a mobilidade urbana para os pobres (uma característica que distingue as classes A e B das outras é que os mais ricos quase nunca pegam ônibus público, com a única exceção dos sistemas de metrô em São Paulo e no Rio, as duas cidades que dispõem deles; e uma das primeiras ambições que uma pessoa realiza quando ascende da pobreza para a classe C é comprar um carro, mesmo que usado, para dirigir diariamente no trajeto de ida e volta do trabalho.)⁷ Em outras palavras, transporte público bom e barato é uma causa para os pobres, não para as classes médias ou mais ricas. Isto ajuda a explicar por que os estudantes de esquerda estavam tão ativos nas primeiras semanas de protestos. No entanto, conforme os protestos aumentaram, foram apresentados pela mídia – bem como apoiados por novos manifestantes – com um novo significado. Seu foco seria a corrupção no governo federal. A corrupção acontece em todos os níveis de governo no Brasil. Mas a oposição a ele não foi o primeiro alvo do movimento original, nem se tornou, mesmo depois, seu único ou mesmo principal assunto. Contudo, a sensação de que o governo federal era responsável pelas muitas falhas reais ou imaginárias do Brasil ajudou a reduzir a popularidade da presidente Dilma dos seguros 57% aos perigosos 30% no decorrer de poucas semanas.

7. Nos tempos de escravidão no Brasil, assim que ganhava a alforria, a primeira coisa que um ex-escravo adquiria era um par de sapatos. Os escravos andavam descalços. Alguns libertos calçavam sapatos antes mesmo de comprarem roupas novas e boas, uma vez que a separação física entre os pés e o chão era a marca mais visível da liberdade deles.

ALGUNS ASPECTOS DE MOVIMENTOS INSPIRADOS NO MAIO DE 68

Quando o movimento cresceu, a reação na imprensa, primeira e mais comum, foi de pura perplexidade. Alguns jornalistas chegaram até mesmo a dizer que era impossível entendê-los. Não é bem assim, certamente. Depois de quase meio século dos *événements de mai* – os acontecimentos de 1968 na França que aparecem hoje como o paradigma de movimentos sem uma causa aparente –, pode-se enumerar algumas de suas características mais importantes. A verdade é que eles não são previstos, ou melhor, não podem ser previstos. Vêm sempre de surpresa. E este é o primeiro ponto a se distinguir destes movimentos.

Em 15 de março de 1968, o jornalista veterano Pierre Viansson-Ponté publicou em sua coluna no *Le Monde* um artigo que se tornaria famoso, “Quand la France s’ennuie”, Quando a França se entedia.⁸ Reclamava então que nenhuma emoção política tocava os seus compatriotas. Contentamento e descontentamento eram relativamente limitados. Uma semana depois, no entanto, a repressão de um protesto contra a guerra norte-americana no Vietnã incitou uma rebelião. Em poucas semanas, o país parava. Este tipo de movimento quase não tivera modelo anterior. Ao menos parte dele sonhava com uma revolução marxista, democrática. Seus líderes citariam Marx, e alguns deles mencionariam Mao ou Trotsky como fonte de inspiração. Mas, se tivéssemos de citar Marx, seria bom lembrar o que

8. Eu li o artigo. Eu era assinante do *Le Monde* – *Sélection hebdomadaire* e o li talvez quinze dias depois de ter sido publicado originalmente. Nunca me esqueci dele.

ele dissera sobre a referência das revoluções inglesa e francesa ao passado bíblico e clássico: uma forma, de não entender direito o que está acontecendo; assim como seus predecessores de 1640 e 1789, poderíamos dizer que os líderes de 1968 tentavam entender sua ação política a partir da linguagem que conheciam, nos termos dos mesmos modelos que inconscientemente destruíam, tal era a riqueza do que testemunhavam⁹ sem consciência de sua intensa novidade:

9. Testemunharam mais do que conduziram. Talvez seja isto o que acontece quando você é o aparente protagonista de algo que se distingue por uma total novidade, uma diferença radical.

Num outro estágio de desenvolvimento, um século antes, Cromwell e o povo inglês tomaram emprestados discurso, emoções e ilusões do Velho Testamento para sua revolução burguesa. (Marx, 2010 [1852]: 5)

O assunto requer dois comentários. Em primeiro lugar, Marx assinala que toda novidade em história política começa a ser compreendida a partir de matrizes do passado. É muito difícil apreender o presente nos seus termos. Mas, e este é o segundo ponto, às vezes o presente ultrapassa os modelos passados. Se a burguesia é incapaz de heroísmo, e precisa então de retórica para apresentar sua tarefa histórica como mais nobre do que é; por outro lado, o que Marx chama no parágrafo seguinte de “a revolução social do século 19”

não irá tirar sua poesia do passado, mas sim do futuro. Ela não pode começar (...) antes de ter se livrado de toda superstição sobre o passado. As revoluções anteriores exigiram lembranças da história mundial do passado a fim de esgotarem seu próprio conteúdo. A revolução do século 19 deve deixar os mortos enterrarem seus mortos para chegar a seu próprio conteúdo. Lá a frase ia além do conteúdo – aqui o conteúdo vai além da frase. (Ibid.: 6)

O conteúdo vai além da frase e é bem irônico constatar que aqui a frase era marxista, mas o conteúdo era algo novo, talvez pós-marxista. Atores políticos como Alain Krivine e Alain Geismar, por exemplo, vestiram-se de revolucionários marxistas, embora democráticos e em oposição à ditadura de estilo soviético, mas o movimento por eles conduzido terminou desenvolvendo conteúdos diferentes do esperado.

Temos ao menos dois diferentes relatos dos acontecimentos. O primeiro parece estar mais próximo do que realmente ocorreu. Depois da repressão policial em fim de março, criou-se bem rápido o *Mouvement du 22-Mars*, seguido de ação estudantil. Estudantes, professores e jovens enfrentaram a polícia em nome de uma revolução que expropriaria os capitalistas. O segundo relato é uma história que passamos a ler cada vez mais, especialmente popular entre os autores norte-americanos. Eles evocam o confronto de Dezembro de 1967 na Universidade de Nanterre entre o Ministro de Esportes, que ali estava para inaugurar uma nova piscina para os estudantes, e um então desconhecido

Daniel Cohn-Bendit, que lhe disse que a ênfase nos esportes e na ginástica era uma característica nazista, visando a reprimir os desejos sexuais dos jovens. Eles também destacam o momento em fim de março em que alguns alunos de Nanterre invadiram os dormitórios das alunas – até então, as mulheres podiam passar a noite nos dormitórios dos namorados, mas os homens não estavam autorizados a dormir no de suas namoradas. Este segundo relato certamente focaliza os aspectos não imediatos dos acontecimentos, mas ao mesmo tempo permite-nos politizar essas características que num primeiro momento pareciam pertencer somente à vida privada e íntima, tal como o sexo e o amor.

É realmente interessante, pelo menos de um ponto de vista intuitivo, observar uma diferença entre o que *de fato* aconteceu e o mito que, em alguns anos, ganharia corpo com a revolução fracassada. Porque em termos marxistas ela foi um fracasso; os comunistas não apoiaram os jovens em sua luta pela revolução socialista. Isto foi entendido por muitos como uma traição que os fez romper com as organizações marxistas, especialmente o Partido Comunista. Mas a revolução fracassada ou traída, para empregar duas fórmulas que desenham uma longa tradição no mundo marxista e também no não-tão-marxista-de-esquerda, em breve se tornaria uma revolução *sui generis*, anárquica, libertária, diferente de qualquer outra – até mesmo diferente de tudo o mais no campo da política. Nascia um novo paradigma que hoje está perto de completar meio século.

Sua primeira característica é a surpresa e a impossibilidade de previsão. A maioria dos processos políticos é exatamente isto: um processo. Significa que podemos percebê-los à medida que se desenvolvem. Às vezes, não os vemos chegarem, mas então é nossa culpa, não uma característica deles. Por exemplo, uma mudança política tal como a vitória de um partido de oposição em eleições gerais pode ter suas causas identificadas e explicadas, se não antes do evento, ao menos depois dele. Uma causa política deve reunir apoio, algo que geralmente leva tempo. Movimentos sociais, se bem-sucedidos em suas causas, também podem ser vistos quando se fortalecem. Mudanças econômicas igualmente precisam de tempo. As principais palavras que vimos empregando aqui significam que processos podem ser percebidos na medida em que o tempo os desdobra. Mas eventos que acontecem segundo o modelo de 1968 não reúnem força no curso do tempo, eles ocorrem de repente. Aqui o tempo é o instante, o momento, o momentum.¹⁰ Não é um processo. As coisas poderiam não ter acontecido daquele modo. É muito difícil contar que outro desenvolvimento poderiam ter assumido, mas o fato escandaloso é que elas acontecem; nunca se desenvolvem. Isto as contrasta com quase todas as outras mudanças que presenciamos em nossa experiência contemporânea de vida humana. Digo *contemporânea* porque adquirimos das ciências sociais e humanas esta capacidade

10. Jorge Luis Borges cita Hobbes na epígrafe de seu famoso conto “El Aleph”: “Mas eles nos ensinarão que a eternidade é a manutenção do presente, um *Nunc stans* (como os escolásticos a chamam); o que nem eles, nem ninguém entende, assim como não entenderiam um *Hic stans* para uma infinita grandeza de espaço” (*Leviatã*, cap. IV, p. 46). Para um rebelde urgente como o militante da revolução de Maio 68 ou, a esse respeito, os herdeiros ou herdeiras dela, tempo não é eternidade, o tempo é o presente, o instante, o momento. *Não há nada que seja eternidade* para eles.

de ver o que está acontecendo e então prever suas possibilidades; ou talvez o mundo tenha mudado para eliminar a surpresa do curso normal dos acontecimentos. Ou adquirimos novo conhecimento das ciências sociais e humanas, ou as sociedades elas próprias é que mudaram, de tal modo que o que lhes acontece torna-se mais previsível. Hoje quase tudo na vida política, social e econômica pode ser previsto, ao menos como possibilidade. Mas o modelo de 1968 significa que não havia existência anterior, nem mesmo como possibilidade. Estava completamente fora do mundo.¹¹

11. Eventos como este, sem dúvida, não se ajustam ao paradigma hegeliano-marxista de necessidade em História; mas também não se adaptam às principais correntes nas ciências sociais, mesmo aquelas inspiradas por autores bem distantes da esquerda.

12. Como se aponta no título deste artigo, sua versão original foi redigida em inglês.

Então eles *acontecem*. Escrever sobre eles em inglês¹² agora me traz um problema. O que se chama de *happening* em inglês adquiriu um novo significado na última metade do século. A palavra em inglês pode ser empregada em francês, assim como em português e muitas outras línguas, como está, entre aspas. Sua não tradução cria um novo significado que difere de “*événement*,” *acontecimento* e assim por diante. *Happening* em outras línguas – como na presente versão do artigo – significa não somente o fato genérico de que algo acontece, mas, antes, o fato de que algo muito especial ocorre. A primeira vez que li a palavra em francês foi em 1967, na edição semanal do *Le Monde*, quando se noticiou a vitória do Grupo de Teatro da Universidade Católica de São Paulo, o Tuca, no Festival do Teatro Universitário de Nancy, França, com *Morte e vida Severina*, peça escrita pelo poeta João Cabral de Melo Neto e musicada por Chico Buarque de Holanda. Após o sucesso, conforme a resenha contava, os atores fizeram “*un happening brésilien*” [“um happening brasileiro”] nas ruas daquela cidade da Lorena. *Happening* não significa aqui o que realmente acontece, como Ludwig von Ranke gostaria que entendêssemos de sua famosa fórmula *wie es eigentlich gewesen*, o que em verdade aconteceu. Significa algo único, sem ensaio e sem reprodução ou repetição – *sans répétition*, poderíamos dizer, nos dois sentidos que a palavra francesa tem – como o ensaio para um espetáculo integral e sua ulterior repetição. Também quer dizer uma festa, um momento festivo. Geralmente é conduzido por gente das artes performáticas, algumas vezes das artes visuais. Tem no seu cerne a principal característica que atribuímos aos artistas: eles são criativos em todos os sentidos e isto não se restringe a sua arte, toma parte da própria vida. Mesmo experiências comuns tornam-se nesses momentos como que consagradas por essa condição extraordinária.

A peça 4’33” de John Cage é paradoxalmente um bom exemplo do que pode acontecer nesse sentido, do que um *happening* pode ser.¹³ Como se sabe, nesta peça musical o artista simplesmente não tocará o instrumento ou o conjunto de instrumentos a sua disposição durante três momentos consecutivos, um de trinta segundos, outro de dois minutos e vinte e três segundos e um final, que durará um minuto e quarenta segundos. Algumas vezes esta peça é descrita como consistindo

13. O paradoxo é que nesta peça, à primeira vista, nada acontece...

de silêncio, ou da escuta de silêncio, mas não se trata só disso. Implica que prestaremos atenção não só ao silêncio, mas a *todos os sons* que podem emergir nos 4'33" de duração. Os sons *e mesmo fatos* que perceberíamos como comuns, ou que nem mesmo perceberíamos, se tornarão uma obra de arte. Será única, pois nunca haverá duas apresentações de 4'33" idênticas ou mesmo comparáveis. Ensaios não fariam sentido, a não ser como escárnio da ideia do próprio ensaio. A experiência de ouvir esta peça deve ser diferente conforme o público – este pode até mesmo rir ou protestar –, mas um dos sentidos possíveis é que ela tirará 4 minutos e 33 segundos da rotina de suas vidas. Consagrará este curto tempo, e aqui utilizo o verbo num dos sentidos de *sagrado*, que significa separar algo para constituí-lo como extraordinário. A definição arbitrária da peça por sua extensão no tempo performa esta separação, esta consagração de algo. Tal é a experiência que se pode ter quando se sai de sua vida comum, numa manifestação como a de 1968. Homens e mulheres irão tomar a Sorbonne, arrancar os paralelepípedos das ruas para armar barricadas, fazer greves, invadir dormitórios, ocupar lugares públicos por toda a Espanha ou em algumas cidades dos Estados Unidos, dançar nas ruas de Istambul enquanto lutam pela demolição de uma praça, ou expulsar os carros das ruas e avenidas enquanto protestam contra a má qualidade do transporte público; em todos esses casos, estarão cometendo pequenas transgressões à lei municipal – muito raramente praticarão crimes contra a lei nacional – mas, acima de tudo, estarão *felizes* em fazê-lo.



Figura 2 - Manifestantes em Istambul, 2013 (foto: resim77 – *wikimedia commons*).

14. O mote do Fórum de Porto Alegre contra o neoliberalismo.

Se pudermos retornar a um vocabulário quase religioso para continuar descrevendo esta experiência imanente, diríamos que muitos experimentam uma epifania. Sentem que outro mundo é possível.¹⁴ Por algumas horas, mas mais frequentemente por algumas semanas, compartilharão uma experiência que raramente nos é disponível. Se a defini em termos quase religiosos, foi de propósito. Todos têm, portanto, a experiência de um conhecimento diferente, intuitivo, instantâneo; isto é epifania ou revelação. Leis municipais menores são transgredidas; isto é ação. Todos sabem; eles agem. E experimentam novas formas de sociabilidade; isto é comunhão. Porém, mesmo se duas das três palavras (epifania, ação, comunhão) por mim empregadas para descrever estas experiências derivam de um léxico religioso, elas devem ser entendidas como experiências de *imanência*, mais do que de transcendência. Não se trata da revelação de um Deus transcendente, como aquele que deu a Moisés os Dez Mandamentos. Não é a revelação que grandes místicos tiveram. É a revelação de possibilidades que existem em *cada um* de nós, em *você*. São bem democráticas e geralmente muito baratas, uma vez que rompem com as regras do consumo. Muitas coisas, para não dizer tudo, parecem estar à mão. O Milênio é iminente, portátil, contudo, por favor, nunca se esqueça de que ele tem uma matéria, um caráter imanente. Ele rompe com o monoteísmo, com as religiões do Livro, com as tradições dos judeus, cristãos e muçulmanos.

Será que as pessoas mudam realmente no decorrer desses eventos, que, mesmo durando algumas semanas, como costumam durar, *nunca* podem ser caracterizados como um processo? Porque nunca deixarão de ser momentos. As pessoas podem passar juntas um longo tempo: ainda assim, terão o sentimento de que algo muito especial, *único*, está acontecendo. Isto explica por que as gerações nascidas, digamos, depois de 1955 invejam às vezes quem vivenciou os *événements de mai* – os quais, aliás, não aconteceram somente em Maio de 1968 e na França, mas em diversos países do mundo, nos vários continentes, durante o ano todo de 1968. Houve *événements* na Alemanha, nos Estados Unidos, no Brasil, na Checoslováquia, no Japão, e em muitos outros países. Estas experiências são sentidas, sobretudo, pelos jovens, aqueles que em nossa sociedade gozam de liberdade, tanto dos constrangimentos parentais que os retiveram durante a infância quanto das pressões do mercado que os controlarão quando já forem mais velhos. Tais experiências podem ser entendidas como a chegada da idade adulta, mas não a que implica maturidade – e sim a que traz uma mudança. Juventude é aqui a palavra-chave. Os jovens, rapazes e moças, não têm sobre si a expectativa de serem totalmente responsáveis. Suas ações não necessariamente implicam as consequências que trariam aos adultos. Na vida acadêmica, os jovens são quem pode protestar contra as regras aceitas

por muitos professores, e contestá-las. Isto quer dizer que estes movimentos compartilham um sentido de liberdade intensa que, em nossa sociedade, é especialmente atribuído aos jovens. Então, quando num encontro anterior da Academia da Latinidade, em Barcelona, pude ver os *indignados* reunindo-se na *Plaça de Catalunya* a poucos quarteirões de nosso auditório e dois dias depois na *Plaza del Sol* em Madri, fiquei bem surpreso, e devo dizer também muito contente, de ver que havia gente todas as idades. Minha expectativa no início era encontrar apenas jovens. Foi a antropóloga Clara Más quem chamou minha atenção para este fenômeno. Mas isto constitui exceção. Um *slogan* muito frequente nos comícios da Unidad Popular que elegeu Allende, nos anos que precederam o infame golpe de estado de 1973, era “*quien no salta es momio*”, literalmente, “quem não salta é múmia”, significando conservadores, reacionários, sem imaginação, utopia, capacidade de fugir da rotina. Os jovens podem, sem dúvida, saltar com muito mais facilidade do que os mais velhos... Mas é claro que a adrenalina é alta em todas essas experiências, dando a todos a sensação de estarem vivendo a vida intensamente. É por isso que estes breves períodos de tempo, quando algo totalmente inesperado acontece, podem levar quem não teve a sorte de presenciá-lo a sentirem uma espécie de inveja. Chego a pensar que um novo direito humano deveria ser o direito de toda geração ter o seu próprio Maio 68; as Nações Unidas deveriam meditar a respeito.

Um dos fatores-chave no que chamo de epifania é que a política abarca muito mais do que a política profissional, partidária; ela pode, também, ser *alegre*. Ela se reportará ao mundo da vida como algo que pode ir sempre além das teorias e instituições e nunca estará completamente subsumida ou compreendida por elas.¹⁵ Tomemos os protestos brasileiros mais uma vez como exemplo. O Brasil é bem deficiente no domínio dos serviços públicos; costumamos enumerá-los como sendo educação, saúde, transporte e segurança pública. Os ônibus são desconfortáveis, trafegam em vias mal projetadas e cobram tarifas altas de seus usuários por um serviço ruim, forçando assim muitos trabalhadores a passar ao menos 4 horas por dia no transporte público. É metade da jornada de trabalho deles, que gastam ao menos 20 horas por semana num esforço entediante, cansativo e não pago pelo trabalho.

Mas há outros significados simbólicos envolvidos. Enfatizo a questão do movimento. Em nosso tempo, a velocidade é uma mercadoria muito desejada. Aparece como algo bom, sobretudo na publicidade para carros particulares e acesso rápido à internet. Os pobres não têm carros e geralmente acessam a web numa velocidade menos do que satisfatória. Estão privados de velocidade. São os *sem-velocidade*. Sua mobilidade, tanto física como virtual, é severamente reduzida. Não ter algo que é objeto coletivo de desejo aumenta a frustração que

15. O exemplo clássico de subsunção é o discurso de De Gaulle aos colonos franceses na Argélia em 4 de junho de 1958: “Je vous ai compris”. Há um primeiro significado, denotativo: “Eu os entendi, então vocês podem esperar que eu satisfaça suas demandas, isto é, a Argélia será francesa”. Mas há também um segundo significado, subjacente, que só será revelado a *posteriori*, após alguns anos de muitas guerras – a Guerra de Independência da Argélia, bem como as destrutivas quase guerras civis franco-argelinas: “Eu os incluí, vocês estão sob o meu poder, eu os anexei, então farei com vocês o que sentir que preciso fazer em vez de fazer o que vocês possam querer ou acreditavam que eu fosse fazer”. Comum a ambos os significados é o fato de um sujeito externo saber o que os outros querem e do que precisam; assim, esta exterioridade – o general de Gaulle – adquire um tipo de poder sobre elas.

se sente. Não se trata apenas de *não ter*, mas sim de ser privado de. É como se a sociedade de hoje lhes houvesse feito diversas promessas que não cumprirá. São reduzidos a uma classe de segunda linha na sociedade; notem que estou tentando usar metáforas que deem conta da questão do movimento. O filósofo que mais estudei, Thomas Hobbes, escreveu em 1651: “A vida nada mais é do que movimento” (*Leviatã*, cap. VI). Imobilidade é então uma espécie de morte. Não se mover é estar quase morto. Transporte público ruim significa não só qualidade de vida inferior, mas também um pequeno massacre de gente morrendo continuamente, não no sentido metafísico do verso do poeta modernista brasileiro Cassiano Ricardo,

Cada minuto da vida
Nunca é mais, é sempre menos¹⁶

16. *O Relógio*. Poema integral: “Diante de coisa tão doída / Conservemo-nos serenos // Cada minuto da vida / Nunca é mais, é sempre menos // Ser é apenas uma face / Do não ser, e não do ser // Desde o instante em que se nasce / Já se começa a morrer.”

mas no sentido não metafísico de uma perda de vida, de suas possibilidades inúteis; se a vida é movimento, ônibus ruins significam prosaicamente a morte. Deveríamos acrescentar que na tradição filosófica movimento não é apenas o transporte físico de um objeto de um lugar para o outro, sofrendo mudanças pequenas, imperceptíveis, como ocorre com carros ou canecas de café quando os deslocamos – é também, e talvez de modo mais nobre, mudança. Hegel foi especialmente claro a esse respeito. Mover-se não é apenas deslocar-se, mas também mudar. Para que ele ou ela se movam é preciso que sejam capazes de mudar. Assim, tem mobilidade quem tem futuro. O forte anseio das sociedades atuais em garantir às pessoas com meios reduzidos de mobilidade o deslocamento, sem a ajuda de outros, evidencia a aquisição, por elas, do direito de viver às próprias custas; direito, cabe notar, de que antes careciam. Ter futuro deveria então ser compreendido como um epítome para todos os direitos humanos.

Porém, retomando, pode a política ser alegre? O documentário, meio esquecido, *Chung Kuo* de Michelangelo Antonioni, ou *China*, mostra-nos operários numa fábrica; a sequência – talvez de um minuto – acaba quando o narrador conta-nos algo sobre política. A palavra política aparece ao mesmo tempo em que eles riem. Esta é a conclusão da cena: operários e operárias rindo com alegria enquanto conversam, ao que parece, sobre política. Será possível ser feliz em política?¹⁷ Como a experiência maoista é tão condenada em nossos dias, ficou difícil acreditar que isso pudesse acontecer na China pós-revolução cultural; de todo modo, a questão faz sentido independentemente do contexto. Será possível ser feliz, ou ao menos compartilhar alegria com outras pessoas, quando fazemos política? Esta é uma experiência humana que surge nestes momentos que vimos descrevendo. Ela é, sem dúvida, uma exceção no curso dos acontecimentos humanos. O mais das vezes, a política parece ser aborrecedora; a tese, tão cara

17. Ver o meu “As tribulações dos chineses na ‘China’” (Janine Ribeiro, 1975).

a militantes de esquerda, de que ela só nos aborrece quando é ruim, quando não é a política verdadeira, talvez não seja mais do que uma aspiração. Mas lidamos aqui com uma exceção preñe de significado. Movimentos como o 1968 francês foram e ainda são uma espécie de modelo para muitos entre aqueles que os viveram, ou ouviram sobre eles. Sua influência vai além de sua presença de fato. Dão a todos uma ferramenta importante para que concebam suas vidas como mais originais e, por que não, mais divertidas do que o normal.

1968, SEGUNDA ONDA

E presenciamos agora o que poderia ser chamado de segunda onda desses movimentos. É possível que no presente momento estejamos assistindo a uma segunda onda dos movimentos que tiveram sua primeira onda em 1968. Referimo-nos aos muitos protestos que então tomaram as ruas nas Américas, na Europa e na Ásia. E parece que vemos acontecer a mesma coisa de novo. Em 2010, teve início a Primavera Árabe na Tunísia, seguida bem rápido pelos protestos da Praça Tahrir no Egito e dos *indignados* espanhóis; mais tarde, no mesmo ano, aconteceu o Occupy Wall Street; em 2013, houve os protestos búlgaros, depois os turcos e os brasileiros. Estes movimentos, que nunca desapareceram completamente, mas ficaram, em sua maioria, reduzidos a mera lembrança, parecem estar agora recobrando seu ímpeto.

Se enfatizarmos alguns traços essenciais por eles compartilhados, notaremos que não apenas apareceram de surpresa, mas acabaram sendo sempre bem maiores do que suas causas. Um protesto contra a Guerra do Vietnã ou contra uma piscina, a autoimolação de um operário tunisiano ou manifestações contra tarifas de ônibus normalmente não gerariam tudo o que produziram. Estas causas imediatas parecem ser a faísca que acende o fogo, mas o problema persiste: onde estava a palha, onde estava o combustível necessário para fazer um fogo tão alto? Estes movimentos parecem surgir do nada. Não são movimentos sociais *normais*, reunidos em torno de padrões de classe ou religiosos ou políticos. Também carecem de uma liderança formal e, geralmente, de um foco preciso. Outros, sobretudo os envolvidos na política, na economia, ou a mídia, costumam reclamar dessas *faltas*. Se pelo menos houvesse líderes com quem pudéssemos falar ou que pudessem falar em seus nomes, se ao menos tivessem propostas concretas a serem postas na mesa para negociação... Mas se estes movimentos tivessem líderes identificados e uma lista de propostas, não seriam o que são. Pertenceriam ao mundo da democracia representativa, partidária, profissional, realista. Jamais teriam apelado aos setores que são capazes de atrair, vale dizer, a quem se decepcionou com a política e seu componente realista. Líderes e foco pertencem ao fator realista em política. Se os tivéssemos,

jamais teríamos este componente utópico que, ao menos de tempos em tempos, é absolutamente necessário para injetar vida nova à própria política.

Analise o assunto sob outro ponto de vista. O sistema de pensões estabelecido em muitos países do mundo em torno dos anos 1930 está chegando ao fim. Todos são informados de que deverão trabalhar por mais tempo do que os pais, e de que muito provavelmente não terão a mesma vida que eles puderam ter. No Brasil, como em outros países, há um teto para as pensões a serem pagas aos aposentados. Mas, a saúde pública em nosso país, não sendo boa, leva os mais velhos, se tiverem dinheiro, a contratar um seguro de saúde privado, que costuma ser bem caro. Uma pensão geralmente não basta para pagar um seguro de saúde e os medicamentos de que o idoso necessitará como prevenção para doenças inevitáveis. Os jovens estão sendo conscientizados disso. Precisam economizar. Ingressam no mercado aos vinte anos, já sabendo que deverão fazer provisões para o futuro. Some-se, a essa previsão do ruim, o fato de que nunca terão certeza se a pensão privada contratada agora para a velhice será um sucesso ou um fracasso. Talvez não tenham nada a receber quando precisarem, como milhares de viúvas norte-americanas descobriram nos últimos meses de 2008. Isto torna suas vidas incertas. São forçados a ser intensamente racionais no pior sentido da racionalidade; quero dizer: não a racionalidade como expectativa de um mundo melhor, na tradição do Iluminismo, mas a racionalidade como temor por suas vidas e por sua saúde. Não a esperança; mas sim um grande medo.

Contra este cenário, doses de utopia são um poderoso remédio. O que significa que estes movimentos considerados *sem* (sem líderes, sem foco) são apenas assim se vistos de um ponto de vista tímido, o qual ignora o fato de trazerem um dos mais importantes desafios necessários para injetar vida à política. Pois um dos grandes paradoxos de nosso tempo presente é que a política está perdendo rapidamente o encanto, seu poder de atrair o melhor e o mais brilhante, exatamente ao mesmo tempo em que a democracia torna-se, pela primeira vez na História, o modo de vida de mais da metade da população global. Em algum momento nos anos 1990, com a derrocada da União Soviética e de seus regimes satélites, mais a queda de ditaduras na América Latina e satélites norte-americanos em outras partes, a democracia em suas múltiplas formas tornou-se o modo de vida – o regime, se atribuímos a esta palavra suas diversas conotações, incluindo também as que pertencem à saúde e à alimentação – de bilhões de pessoas. Para se pensar no caso do Brasil, nosso país teve até agora pouco mais do que quarenta anos de vida democrática. Nunca eu poderia chamar de democrático o período colonial, ou o período imperial de governo arbitrário aliado à escravidão, ou os primeiros anos do

regime republicano infame pela dimensão da fraude eleitoral então praticada, ou os quinze anos da ditadura de Getúlio Vargas, ou as duas décadas de governo militar. Podemos apenas considerar como democráticos os 19 anos entre a queda do regime Vargas em 1945 e o golpe de estado em 1964, bem como os 28 anos que se seguiram ao fim da ditadura militar. Temos então um frágil interlúdio democrático de menos de vinte anos entre distintos modelos autoritários de poder, e depois quase três décadas de um governo que se torna cada vez mais democrático. Nada ameaça no presente momento a vocação democrática.

Mas terá a epifania, que descrevi, consequências de longo prazo, ou os protestos deverão ser vividos somente como um carnaval? Isto tem vínculos com outro traço importante desses tipos de manifestações. Elas quase nunca conseguem concretizar o que era desejado, ao menos no curto prazo. Outro paradoxo: os cidadãos vão às ruas porque não querem os prazos longos e burocráticos, o peso das instituições. Querem mudar, viver integralmente seus momentos. Sentem a intensa democracia a que aspiram como uma necessidade urgente. Traduzido na linguagem da política, o desejo delas ganha um sentido de urgência, talvez mesmo de emergência. Mas não obtêm os resultados desejados, pelo menos não antes de alguns anos. No curto prazo, praticamente todos os movimentos inspirados em 1968 fracassaram. As eleições francesas em junho de 1968 trouxeram uma *Chambre introuvable* ao Palais Bourbon, dando ao presidente De Gaulle a mais confortável maioria parlamentar que jamais tivera nos anos todos de poder. As eleições presidenciais ocorridas no Egito depois e em decorrência da Primavera Árabe resultaram num segundo turno entre a Irmandade Muçulmana e representantes do antigo regime: a Praça Tahrir esteve ausente da decisão final sobre quem seria o primeiro governante eleito democraticamente no país mais antigo do mundo. Uma vez que a Tunísia tem um sistema parlamentar e não presidencial, os acontecimentos não se desenrolaram tão mal quanto no Egito, mas de todo modo o principal partido no país não compartilha dos ideais daqueles que lutaram pela democracia. A Primavera de Praga teve um final infeliz quando as tropas soviéticas invadiram a Checoslováquia, um país que se dissolveria duas décadas depois, num resultado tardio deste ato de agressão. Os *indignados* espanhóis ganharam um governo de direita, o Occupy Wall Street foi sucedido por uma política externa piorada do presidente Obama. Em todos os casos, à experiência do milênio, segue-se a decepção. Isto pode ser bastante dramático. Para muitos, significa que não haverá o dia seguinte, a não ser a memória de coisas verdadeira e irreversivelmente passadas. Expulsar os carros das ruas, tocar piano na Sorbonne serão apenas lembranças felizes, incapazes de afetar vidas que continuarão, como se diz dos negócios, *como de costume*.

Então é como se os manifestantes não tivessem vivido mais do que um carnaval. Isto pode ser uma experiência extraordinária, como sabem todos os que estiveram no Rio de Janeiro ou Salvador ou em outros lugares famosos por esta festa em que as coisas viram de cabeça para baixo e, como disse o escritor brasileiro Oswald de Andrade no seu Manifesto Antropofágico (1928), “a alegria é a prova dos nove”. Mas o carnaval termina rápido; não é mais do que uma pausa numa vida que segue sem mudança. Pode funcionar como uma catarse, permitindo a quem festejou – ou protestou – viver mais um ano como até então viveu.¹⁸

18. Em meu artigo “A utopia lírica de Chico Buarque de Holanda” (Janine Ribeiro, 2004) sugiro que as palavras *carnaval e samba*, que aparecem em muitas músicas de Chico Buarque, podem ser lidas como metáforas de uma grande e alegre mudança social, tal como uma revolução. Ao compositor popular brasileiro não agradaria, com certeza, a ideia de que o carnaval não fosse mais do que uma catarse.

19. Um poema de Carlos Drummond de Andrade (sem relação com Oswald de Andrade), *Confidência do Itabirano*.

20. Quando estava terminando este artigo, um jovem me disse em um debate sobre os recentes movimentos no Brasil: “Você viveu a ditadura e deve estar feliz agora porque goza hoje de mais liberdade do que naquele tempo; mas eu não vi os militares governarem nosso país; o que sinto e repudio é a ditadura das grandes corporações”. 5 de setembro de 2013, Instituto Ethos, painel de debate sobre *O que dizem as ruas e o que as empresas têm a ver com isso?*.

Hoje sou funcionário público...

Itabira é apenas uma fotografia na parede.

Mas como dói!¹⁹

Ou você sofre uma metamorfose e vive sua epifania integralmente, ou estará condenado a uma identidade presente burocrática, que reduzirá a riqueza de sua vida a uma foto na parede – com o sofrimento que acarretará. Será inevitável talvez que grandes expectativas tornem-se ilusões perdidas. Mas não deveríamos aceitar isto tão facilmente. Alguma resistência a esta *Gleichschaltung* da memória deveria ser promovida.

E apesar disso as mudanças ocorrem. Se 1968 hoje é lembrado como o início de uma série de transformações na cultura e no que muitos chamam de comportamento, é porque seu sucesso foi claro naquele campo. Aquele ano não conseguiu esculpir o regime democrático socialista que os manifestantes desejavam – mas, em alguns anos, conseguiram mudar as formas de viver a hierarquia, o amor, a sexualidade. Se é verdade que o gaullismo ganhou as eleições parlamentares realizadas um mês após os *événements de mai*, o fato é que os nomes dos deputados foram esquecidos e as conquistas dos estudantes e de seus aliados passaram a ser celebradas como um dos momentos mais importantes do século 20.

PERSPECTIVAS PARA O BRASIL

Agora buscarei entender a aposta, o foco principal, dos protestos brasileiros. Para aqueles brasileiros que sentem vergonha e frustração pelo que parece ser um ritmo muito lento no avanço da democracia,²⁰ é bom lembrar que nas últimas três décadas a sociedade brasileira foi capaz de mudar o país para melhor três vezes, sem jamais se desviar de métodos democráticos. Os ditadores militares que governaram o Brasil de 1964 a 1985 deixaram o país num estado lamentável no que diz respeito à política, à inflação, à desigualdade social e à eficiência administrativa.

A primeira grande ação democrática foi em 1984 com o movimento das Diretas-Já, que conduziu à queda da ditadura militar. Em 1994, a inflação foi finalmente derrotada pelo Plano Real, um plano apoiado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que daria a Fernando Henrique Cardoso seus dois sucessivos mandatos presidenciais. Em 2002, a eleição presidencial de Lula abriu o caminho para que a inclusão social e a luta contra a pobreza se tornassem políticas de Estado. Os governos precedentes tiveram seus programas de inclusão social, mas com frequência eles eram os primeiros a serem postos de lado, toda vez que uma grande crise econômica pressionava as finanças públicas. Desde o primeiro mandato de Lula, porém, as políticas de inclusão social tornaram-se um dever para todo candidato que quisesse se eleger presidente, governador ou prefeito. Para o opositorista PSDB uma realização bem-sucedida do projeto PT passou a ser avaliada como favorável, representando suas melhores chances de voltar ao poder federal. O próprio Fernando Henrique Cardoso observou isso quando escreveu, em 2011, alguns meses depois de seu partido ser derrotado pela terceira vez consecutiva na disputa presidencial, que o PSDB não conseguiria derrotar o PT em termos de projetos para oferecer aos pobres (Cardoso, 2011). Não poderia rivalizar com o PT nesse campo. Em contrapartida, o PSDB teria boas propostas a oferecer à classe média. Foi o que levou o provável candidato à presidência do PSDB para 2014, o ex-governador do Estado de Minas Gerais Aécio Neves, um líder político mais simpático do que o duas vezes candidato, e duas vezes derrotado, José Serra, a apostar no sucesso de programas sociais do PT ao mesmo tempo em que os criticava como projetos emergenciais, não duráveis ou sustentáveis. Mostrou-se favorável ao Bolsa Família, principal programa oficial de inclusão, mas observou que precisamos pensar no que virá depois dele. Em alguns anos, o programa terá feito todo o bem a que se propôs e terá se esgotado. Em sua opinião, uma inclusão social duradoura precisaria de uma economia mais liberal, que criasse trabalhos no lugar de, digamos, alimentar as pessoas diretamente.

Na verdade, os três principais possíveis candidatos contra o PT apresentam-se mais como seus sucessores do que adversários.²¹ Não querem se opor a uma política e a um político com grande popularidade no país. Preferem dizer que agora isto cabe à história. O problema é que, se era difícil combater e então derrotar a inflação, após cerca de vinte ou trinta anos vivendo habituados a ela, ainda mais difícil será lutar contra a exclusão social, que tem quinhentos anos de idade. E se foi possível salvar quase 50 milhões da exclusão em apenas cinco anos, o excedente certamente levará mais tempo, e assim por diante; um fato que pode ser lido de duas formas diferentes: ou consideramos que o remédio do PT

21. Não se esqueça que este artigo foi redigido no final de 2013.

D

O Brasil e a democracia de protesto

contra a miséria teve o seu tempo, e chegou a vez de outro partido apresentar boas propostas para lidar com ela (mas a advertência de Fernando Henrique Cardoso nesse caso ainda está válida, me parece), ou precisamos aceitar que o momento do PT ainda não acabou; eles continuarão os favoritos na disputa pelo poder até que o país ponha um fim na indignidade nacional, que é ter ainda uma proporção tão grande de muitos pobres.

Mas, voltando às três vitórias democráticas das últimas décadas, a primeira representou uma mudança política; a segunda, uma econômica; e a terceira, uma social. Três grandes campos da vida social ou pública foram então abordados. Em todos os casos, a mudança foi obtida por meios democráticos. Os resultados foram democráticos porque elevaram a qualidade de vida no Brasil, mas também pelos métodos empregados: tudo foi conseguido por meios pacíficos e respeitosos, além de uma mobilização em massa, seja nas ruas seja no voto. Para esclarecer, deveríamos lembrar que nos nove anos após o fim do regime militar foram feitas, ao menos, três tentativas de combate à inflação, sem sucesso. O Plano Cruzado (1986) e o Plano Verão (1988) contaram com medidas que seriam hoje compreendidas como quase inconstitucionais, já que, por exemplo, alteraram contratos. Acima de tudo, recorreram à surpresa, buscando desestabilizar os elementos que induziam ao aumento dos preços. O Plano Collor (1990) foi o mais falho, desobedecendo descaradamente a Constituição que fora adotada 17 meses antes de ele entrar em vigor. No entanto, o dissabor com a inflação era tão grande que muitos brasileiros aceitaram a infração na esperança de que o plano trouxesse enfim alguma estabilidade monetária. Mas ele falhou infamemente. O último e melhor plano foi o Plano Real (1994), assegurando a subsequente eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, que, como Ministro da Fazenda, supervisionou a última versão deste inteligente e elegante projeto de estabilidade monetária. Foi também o mais democrático dos quatro planos. Ouso dizer que ele apresentava ainda certo gosto de potencial inconstitucionalidade, na medida em que foi implementado apenas três meses antes das eleições presidenciais, fato que obviamente favoreceu Fernando Henrique Cardoso contra o rival, até então claro favorito nas pesquisas, Lula da Silva. Duvido muito que nos dias de hoje o Supremo Tribunal Federal autorizasse um presidente, poucos meses antes de sua sucessão, a adotar medidas com um impacto político tão grande como o daquele.²² Mas o Brasil vivia então numa espécie de emergência nacional. Havia certa tolerância em relação às medidas políticas heterodoxas. Hoje não vivemos mais nessas condições. Então, já não há necessidade, nem espaço, para planos políticos que possam intervir incorretamente no campo eleitoral.

22. Para dar um exemplo: no último mês antes da eleição presidencial, em 2010, o candidato da oposição José Serra propôs aumentar o valor do Bolsa Família e incluir mais cidadãos entre os seus beneficiários. Vamos supor, por um momento, que o governo da situação decidisse adotar tais medidas antes das eleições, numa tentativa de desmobilizar o apoio popular que o outro candidato esperava possivelmente conseguir. Um passo como este seria provavelmente considerado antiético e até mesmo uma medida ilegal para afetar as eleições, e o Supremo Tribunal agiria contra ele. No entanto, a medida não seria muito diferente em sua natureza da adoção do Plano Real a apenas três meses das eleições em 1994. A diferença reside na oportunidade. Hoje não vivemos mais uma emergência nacional.

Até onde posso arriscar um prognóstico, a próxima mudança será alcançar uma melhora crucial na qualidade dos serviços públicos, isto é, na qualidade do Estado. Isto curiosamente aconteceria no mesmo ritmo das importantes reformas adotadas – mais ou menos uma a cada dez anos. Mas poderíamos dizer que o Brasil só foi capaz de dar os passos mencionados acima quando as seguintes características estiveram presentes:

1. A situação corrente (ditadura, inflação, pobreza) passou a ser percebida como um enorme tributo incidindo em todos os aspectos da vida social e pessoal. A sociedade como um todo pagava um preço muito alto em cada um desses três problemas maiores. Sob os militares, a falta de liberdade era a grande provação; nos últimos anos de seu mandato e nos primeiros do governo civil a inflação corroeu a confiança nos outros e a fé no futuro; a miséria, pela parte dela, zombou durante séculos das qualidades da sociedade brasileira como um todo. Para exemplificar o último ponto, podemos comparar a pobreza com a escravidão – ambas corromperam o conjunto de nosso tecido social. Quando trabalho e trabalhador são desprezados, as pessoas são, conseqüentemente, estimuladas a ganhar dinheiro sem trabalhar.
2. A sociedade chegou ao consenso de que a situação (política, econômica ou social) era insustentável. O Brasil viveu vinte anos sob a ditadura, mais ou menos o mesmo tempo sob a inflação e coexistiu com a miséria durante cinco séculos, mas veio a gota d'água, as diferentes classes ou partidos políticos, em sua maioria, se convenceram de que como estava não podia continuar.
3. Havia líderes políticos que podiam, com muito empenho, exercer liderança e propor saídas para resolver a situação.

No final, os resultados foram muito bons. A cada vez, o que originalmente parecia ser a proposta de um grupo – a oposição aos militares, os economistas, os partidos de esquerda – foi finalmente aceito e abraçado pela sociedade brasileira, transformando-se em compromisso nacional. O primeiro sucesso pode ser medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Os militares voltaram à caserna em 1985, deixando 85,8% dos municípios brasileiros com um padrão de vida *muito baixo*; os anos de democracia, porém, foram tão positivos que os últimos dados disponíveis mostram que agora temos apenas 0,57% dos municípios nessa condição.²³ O segundo sucesso pode ser medido quando comparamos a inflação, que em 1994 estava prestes a atingir os quatro dígitos e hoje está em torno de 5% (em ambos os casos, por ano). O terceiro sucesso foi visto na Figura 1: uma ascensão muito alta da mobilidade social, nível recorde no *Guinness*.

23. Ver "ONU: Atlas Brasil 2013 mostra redução de disparidades entre norte e sul nas últimas duas décadas", no site das Nações Unidas no Brasil (2013).

Cada um dos três passos democráticos de sucesso teve um diagnóstico e uma prescrição. Em 1984, o diagnóstico dizia que o governo autoritário paralisa a vida do país inteiro, da justiça e justiça social à liberdade pessoal; o remédio então prescrito foi a democracia. Dez anos depois, o diagnóstico apresentava a inflação como a responsável por corroer os valores econômicos e morais; a prescrição foi um plano transparente de estabilidade monetária, permitindo que os atores e os cidadãos econômicos recobrassem a fé em si mesmos e nos outros. Em 2002, o diagnóstico apontou que a miséria arruína nossas relações sociais, mostrando o caráter antiético de uma sociedade que, na verdade, não aboliu a escravidão;²⁴ o medicamento prescrito foram os programas de inclusão social.

Nos três casos, a percepção de que a situação tornara-se insustentável foi causa, ou talvez consequência, da definição de uma causa ética.²⁵ O ponto interessante a se destacar é que nos últimos trinta anos o Brasil viveu lições práticas através da melhor filosofia política. (Contudo, nem nossos pensadores nem nossos políticos pareciam estar conscientes deste fenômeno.) Em primeiro lugar, tivemos aulas práticas sobre liberdade, decorrente da e contra a repressão imposta pelos militares. Sob a inflação, tivemos de aprender sobre a importância de acreditarmos uns nos outros e a relevância de sermos capazes de elaborar propostas para o futuro, como uma base para bônus sociais. No último, e talvez mais difícil, passo, participamos de um drama onde egoísmo, opressão social e miséria enfrentam compromisso social, igualdade e melhores oportunidades como a possível via para algum tipo de prosperidade. A nova questão é se e como o Estado – em todos os níveis, isto é, federal, estadual, e municipal – será capaz de garantir serviços públicos decentes. Em minha opinião, é possível, ou ao menos desejável, estabelecer enfim o Estado de bem-estar social que nunca tivemos.

Entre as três características presentes em cada grande mudança democrática, nota-se que as primeiras duas repetem-se hoje. Acreditamos firmemente que a situação é indefensável que o preço que pagamos por ela é alto demais. Tomem-se os exemplos da saúde, educação, segurança e do transporte públicos e considerem-nos do ponto de vista das classes médias. Como contribuintes elas pagam por esses serviços. Mas evitam usá-los. Os cidadãos das classes médias e altas preferem colocar seus filhos em escolas particulares, comprar um carro, contratar, com os vizinhos de rua, um *segurança* – homem geralmente desarmado cuja presença, espera-se, deve dissuadir os ladrões de fazer o seu serviço nefasto –, e pagar por um plano de saúde. E, se uma doença for um pouco mais complexa, eles ainda pagarão um bom médico particular não coberto pelo plano. Assim, muitos pagam por serviços públicos a que nunca recorrem. Isto explica e mesmo justifica a revolta das classes médias contra o que eles interpretam como o resultado da corrupção. Na verdade, como entendo,

24. Conta uma lenda célebre que depois do golpe de estado de Vargas em 1937, dissolvendo o Congresso e substituindo a Constituição democrática por outra quase fascista, alguém lhe enviou um telegrama, sugerindo uma lei mais simples do que a nova Carta Constitucional, mas preservando o mesmo espírito: "Artigo I. A lei que libera os escravos é por este ato revogada. Artigo II. Os brancos também serão escravos". Não consegui localizar a origem da citação.

25. Como professor de Ética e Filosofia Política, posso sofrer a tentação de dar demasiado peso a esses fatores, mas faço meu melhor para refrearme de qualquer tipo de exagero como este.

trata-se do efeito de uma má governança nas áreas sociais do governo. De todos os ângulos, a situação tornou-se muito difícil de suportar. De um lado, as classes médias sentem que pagam por um governo que lhes devolve muito pouco dos impostos pagos. De outro lado, os pobres não têm outra opção senão recorrer à educação pública, o que significa que raramente terão acesso a uma boa universidade, se é que chegarão a alguma; servir-se da saúde pública, o que os faz esperar por meio ano até conseguirem uma consulta com um médico, que poderá estar ausente do hospital quando chegar a hora da consulta; amparar-se na segurança pública, que não os protege do crime; e, por fim, usar o transporte público, que lhes tira vinte horas por semana, ou até mais, em ônibus lotados. A pergunta então não deve ser por que os protestos aconteceram, mas por que demoraram tanto tempo para acontecer.²⁶

O governo federal e alguns de seus aliados sentem-se constrangidos nos protestos, principalmente depois que a imprensa estampou o PT como um partido corrupto; por sua vez, a opinião pública, vale dizer, as classes médias e altas, sobretudo de São Paulo, costumam atribuir grande parte dos problemas brasileiros a ele, o que é injusto. Mas minha avaliação da situação é que, após enfrentar e resolver três grandes problemas que impediram o Brasil de ser uma verdadeira democracia, temos agora uma quarta agenda. Não se trata de um novo conjunto de problemas. Pelo menos desde uns vinte anos, alguns dos nossos melhores políticos do centro (refiro-me ao PSDB) falam sobre um choque de gestão, um choque administrativo que subordinaria o estado às necessidades populares. Mas isto nunca aconteceu. São Paulo, mesmo que seja o estado mais rico do país, tem deficiências sociais enormes que não foram solucionadas em vinte anos do PSDB na administração do governo do estado. Entendo a situação assim: má governança nos assuntos sociais como diagnóstico e contratação de administradores bons e honestos, no lugar de políticos por indicação e/ou corruptos, como prescrição. Nesta avaliação, a política é o problema e a eficiência, o remédio. A solução seria, pois, menos política e mais capacidade técnica, possível de se obter quando nos livrarmos da corrupção e do populismo. Mas eu discordo.

Se minha avaliação dos três sucessos em nossa história democrática recente estiver correta, então precisamos de mais política, não de menos. Heidegger tem razão quando afirma que “a essência da técnica não é nada de técnico”.²⁷ Podemos dar diferentes nomes a essa essência e um deles será político. Mas é claro que precisamos de uma política diferente da comum. As mudanças ocorreram porque muitos se convenceram de que a ditadura, a inflação e a miséria eram ruins, e que havia lideranças e projetos capazes de combatê-los. Mas isto não aconteceu no que concerne ao mau desempenho do governo nas

26. A grande questão filosófica, política e ética: por que há tão poucas revoltas contra a injustiça?

27. Uma tradução fiel, mas longe de ser elegante. Sinto muito. Esta é a única que encontrei. “Die Frage nach der Technik” (port.: A questão da técnica) é um ensaio que faz parte da obra de Martin Heidegger *Vorträge und Aufsätze* (1954).

áreas sociais. Quase vinte anos atrás, escrevi um artigo de opinião para um jornal brasileiro sobre como nossa imprensa e governo empregaram as palavras *social* e *sociedade*. Davam-lhes significados opostos. *Sociedade* significava pessoas que têm, ao menos, certa renda, pertencendo às classes médias e altas. *Social* era usada para referir-se às políticas sociais, isto é, aquelas destinadas a beneficiar os pobres. *Sociedade* é composta por aqueles que são o sujeito (= aquele que decide) das decisões políticas, enquanto *social* refere-se àqueles que são o assunto (= o tema, o objeto) das políticas sociais. Então, concluí que *social* não era o adjetivo correspondente ao substantivo *sociedade*. Era o seu antônimo. Meu artigo transformou-se em livro, *A sociedade contra o social* (Janine Ribeiro, 2000), no qual discuti se e como a teoria política do Atlântico Norte pode concorrer com sociedades dissidentes do Ocidente como as da América Latina, bastante diferentes das europeias. Isto não só porque elas *ainda* não puderam desenvolver-se na mesma direção, mas porque se desenvolveram como sociedades diferentes daquelas. No que se refere, especialmente, ao título do livro, os programas de inclusão social mudaram a situação descrita por mim nos anos 1990. O empoderamento dos pobres incluiu muitos deles no que era chamado *sociedade*. Políticas *sociais* não são mais as primeiras a serem descartadas. Aprecio o fato de que os governos petistas conseguiram colocá-las no orçamento como algo que não será sacrificado pelas crises financeiras. Mas isso funciona quando o dinheiro público é transferido para os bolsos dos pobres, não quando o Estado opera hospitais, escolas e outros serviços essenciais ao bem-estar. Em outras, e talvez irônicas²⁸, palavras, políticas sociais funcionam na medida em que elas privatizam o dinheiro – colocando-os nos bolsos dos pobres –, não quando elas são operadas pelo sistema público.

28. A ironia reside no fato de que o PT é considerado como um partido que defende um governo forte.

Então, precisamos de melhores administradores, mas não os teremos se só os exigirmos. Para obtê-los precisamos demandar mais do que administradores justos, corretos. Pelo presente momento não há projeto que possa implementar tal mudança. Há um desejo intenso, há a crença de que tudo de ruim deriva deste quarto mal, a má qualidade das áreas sociais do governo – de todos os governos: federal, estadual e municipal. Mas isto é tudo. Os partidos liberais ou de direita dirão que é uma questão de honestidade e qualificação técnica, o governo federal responderá que faz o melhor que pode. Mas isto é tudo. Não sabemos o que acontecerá nos próximos anos. A história está aberta. Os debates políticos dão muito espaço aos nomes dos partidos e candidatos, mas se a experiência histórica puder nos ajudar, diria que só fomos capazes de dois bons presidentes sucessivos como FHC e Lula, porque cada um deles soube fazer um bom diagnóstico e propor uma agenda adequada de combate ao primeiro, e depois ao segundo, dos males que mencionei. Não temos isto no momento.

Mas os três maiores problemas contra os quais o Brasil lutou não foram derrotados na primeira batalha. A ditadura teve muitos oponentes, muitos dos quais foram assassinados; levou muito tempo para vencer a guerra contra o poder ilegítimo dos militares. A inflação foi alvo de diversos planos antes de ser reduzida a uma taxa baixa administrável. É questão de tentativa e erro, talvez.

Mas é também uma questão de hegemonia. É interessante estudar o aspecto político da luta contra a inflação porque dos três males este foi o que precisou da maior abordagem técnica. A democracia e a inclusão social são causas sociais claras, que precisam da mobilização política das massas. Mas comícios e manifestações não vencem a batalha contra a inflação. Contudo, criou-se um quase consenso universal de que a inflação era tão ruim e corrosiva que precisava ser derrotada. Fernando Henrique Cardoso colaborou para criar esta atmosfera ideológica. É verdade que seu partido foi ingrato com o presidente Itamar Franco que, além de ser o chefe de Estado que deu suporte político ao Plano Real, convidou Fernando Henrique para ser seu ministro da Fazenda e depois seu sucessor no Palácio do Planalto. Só foi depois da morte de Itamar Franco, em 2011, que o PSDB reconheceu seu papel essencial até então o Plano fora amplamente atribuído a Fernando Henrique Cardoso e seu partido. Fernando Henrique não é economista; o Plano Real foi tecnicamente elaborado por uma equipe de especialistas e institucionalmente apoiado por Itamar.

Mas Fernando Henrique Cardoso desempenhou um papel essencial na criação de uma nova hegemonia. Foi quem proferiu os discursos que persuadiam os atores econômicos e a população brasileira como um todo. Ele foi o grande persuasor. Sua retórica é muito diferente da de Lula. Perguntei-lhe uma vez sobre isso; Fernando Henrique respondeu-me que Lula faria uso de mais metáforas, enquanto ele era mais racional; mas logo acrescentou que empregava a razão num nível não superior ao senso comum.²⁹ Para alguém acusado por alguns adversários de esnobe (o que ele realmente não é), ele mostrou-se, na verdade, modesto. Quando concorreu ao primeiro cargo executivo em 1985, Fernando Henrique era considerado incapaz de dirigir-se às massas por causa de sua experiência e treinamento acadêmicos. Mas ele foi um sucesso como presidente. Isto se deve principalmente à habilidade de grande comunicador. As pessoas comuns podiam admirá-lo e entender que colocava pontos a serem considerados. Sentem, sem dúvida, mais coisas em comum com Lula. Mas apesar de suas qualidades pessoais, ambos foram capazes de ganhar a hegemonia ideológica no país para duas agendas que haviam sido construídas ao longo de anos. Quando Fernando Henrique Cardoso foi eleito, a sociedade brasileira elegeu a inflação como seu maior inimigo. Quando Lula finalmente ascendeu ao poder, o PT conquistara hegemonia ideológica para uma plataforma política

29. Ver minha entrevista com ele, "Em nome da sociologia" (Cardoso, 2010).

que consistia de dois pontos, uma agenda ética e uma social. A resistência ao PT estava, sobretudo, vinculada a suas propostas econômicas. Em ambos os casos, a hegemonia precedeu a eleição. O PSDB perdeu a eleição presidencial de 2002 para o PT, em parte, por causa do próprio sucesso em administrar a inflação; em parte, porque não se esperava que ele fosse capaz de combater a pobreza. É possível que o PT perca uma futura eleição presidencial, talvez em 2014 ou 2018, por causa do próprio sucesso em incluir políticas sociais na agenda comum da nação.

Mas ainda precisamos saber se e quando uma nova agenda estará disponível. A melhor coisa para ela seria que não fosse projetada nem por um partido, nem por ou para um líder, mas por uma rede mais ampla de múltiplos atores sociais e políticos. Esta, porém, é só uma esperança. Entretanto, ao menos, sabemos qual será o próximo desafio para nossa democracia. E penso que a história brasileira nos últimos trinta anos foi, e ainda deve ser para a próxima ou duas próximas décadas, representativa ou exemplar para muitos outros países emergindo da pobreza, do autoritarismo, da corrupção e da ineficiência do Estado em manejar as áreas sociais. ■

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Fernando Henrique (entrevista a Renato Janine Ribeiro). Em nome da sociologia. *Revista Sociologia*, n. 30, 2010. Disponível em <<http://sociologiaciencia-vida.uol.com.br/ESSO/Edicoes/30/artigo181631-1.asp>>. Acesso em: 4 de set. 2013.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O papel da oposição. *Interesse Nacional*, Ano 4 - número 13, abril-junho 2011. Disponível em <<http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/o-papel-da-oposicao/>>. Acesso em: 4 de set. 2013.
- JANINE RIBEIRO, Renato. As tribulações dos chineses na “China”. *Discurso*, n. 6, 1975, p. 225-232. Disponível em <http://filosofia.fflch.usp.br/sites/filosofia.fflch.usp.br/files/publicacoes/Discurso/Artigos/D6/Do6_As_tribulacoes_dos_chineses_na_China.pdf>. Acesso em: 4 de set. 2013.
- . *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- . A utopia lírica de Chico Buarque de Holanda. In: CAVALCANTI, Berenice; STARLING, Heloisa Maria Murgel; EINSENBURG, José Cavalcante (Org.). *Decantando a República*, v.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 149-168, 2004.
- MARX, Karl. *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. Marx/Engels Internet Archive, 2010 [1852]. Disponível em <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/18th-Brumaire.pdf>>. Acesso em 4 de set. 2013.
- MORIN, Edgar. Mai 68: complexité et ambiguïté. *Pouvoirs, revue française d'études*

- constitutionnelles et politiques*, nº39, 39 - Mai 68, nov. 1986, p.71-79. Disponível em <<http://www.revue-pouvoirs.fr/Mai-68-complexite-et-ambiguite.html>>. Acesso em: 4 de set. 2013.
- NOVA classe C transforma pirâmide social em “losango”. *IstoÉ Dinheiro*, March 22, 2011. Disponível em <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/52423_NOVA+CLASSE+C+TRANSFORMA+PIRAMIDE+SOCIAL+EM+LOSANGO>. Acesso em: 4 de set. 2013.
- ONU: Atlas Brasil 2013 mostra redução de disparidades entre norte e sul nas últimas duas décadas. *Site ONU Brasil*, Disponível em <<http://www.onu.org.br/onu-atlas-brasil-2013-mostra-reducao-de-disparidades-entre-norte-e-sul-nas-ultimas-duas-decadas/>>. Acesso em: 4 de set. 2013.
- POPULARIDADE de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. *O Globo*, 12 de dez., 2010. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>>. Acesso em: 4 de set. 2013.
- POPULARIDADE de Lula é recorde mundial, diz CNT/Sensus. *UOL Notícias*, 29 de dez., 2010. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/12/29/popularidade-de-lula-e-recorde-mundial-diz-cntsensus.htm>>. Acesso em: 4 set. 2013.
- RETOMAR a [avenida] Paulista. *Folha de S.Paulo*, 13 de jun. 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/113690-retomar-a-paulista.shtml>>. Acesso em: 4 de set. 2013.
- TOURAINÉ, Alain (entrevista a Graziela Wolfart e Patricia Fachin). A falta de mobilização social como deficiência da política contemporânea. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, Ano 8, n. 250, mar. 2008. Disponível em <http://www.ihonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1616&secao=250>. Acesso em: 4 de set. 2013.

Artigo recebido em 11 de fevereiro de 2014 e aprovado em 15 de abril de 2014.